



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº13/2017

----- Aos catorze dias do mês de julho do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou as ausências do Vereador João António Lopes Candoso por se encontrar de férias. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 9/2017, referente à reunião ordinária de onze de maio. -----

----- Aprovada a ata nº 9/2017, por unanimidade dos presentes com direito a voto (6 votos a favor). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 10/2017, referente à reunião ordinária de vinte e seis de maio. -----

----- Aprovada a ata nº 10/2017, por unanimidade dos presentes com direito a voto (6 votos a favor). -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Um milhão, seiscentos e dezassete mil, duzentos e quarenta e seis euros e vinte e quatro centimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e dezasseis mil, trezentos e cinquenta e quatro euros e noventa e um centimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- IFRRU 2020 – ENTIDADES FINANCEIRAS SELECIONADAS; -----

----- UTILIZAÇÃO DO CONVENTO DE CRISTO PARA FINS CINEMATOGRAFÍCOS –
PERGUNTA DIRIGIDA AO MINISTÉRIO DA CULTURA PELOS DEPUTADOS JOSÉ LUÍS
FERREIRA E HELOÍSA APOLÓNIA; -----

----- CARTA DE AGRADECIMENTO FNA – FEIRA NACIONAL DA AGRICULTURA; -----

----- MOÇÃO PELA UNIDADE DO RIBATEJO; -----

----- COMUNIDADE PAROQUIAL DE AGUALVA – AGRADECIMENTO; -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo
com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção questionando o motivo da não recolha do lixo esta
semana na Freguesia de Asseiceira. -----

----- Questionou também se o executivo tem conhecimento do estado de degradação
da estrada que liga Azinheira a Quintas. Referiu o perigo que esta estrada evidência na
zona próxima dos areiros. Questionou ainda se há algum plano de proteção a esta
zona e qual o ponto de situação relativamente a este plano de proteção.-----

----- Seguidamente reportou-se ao assunto para conhecimento “Moção pela Unidade
do Ribatejo” e opinou, relativamente à unidade do Ribatejo, que se vai assistir agora e
durante muito tempo, à tentativa de acomodação de algumas ideias tendo em conta que
muitos interesses tendem em não querer realizar ou criar as regiões administrativas.
Disse que, neste caso, o concelho de Rio Maior, por ser um concelho de fronteira, e o
distrito de Santarém, devem promover a discussão pública profunda relativamente às
diversas opções. Disse que uma das propostas de que se fala é colocar o Ribatejo em
conjunto com a área Oeste e considerou que isso contribuirá ainda mais para a
diminuição de verbas a atribuir a cada município, daí defender a necessidade de criar
regiões administrativas. Disse ainda que poderá haver diversos modelos, mas deverá
ser, pelo menos, legitimado o concurso, assim como não se deve continuar a ter a
gestão das NUT’S sem nomes democraticamente eleitos. Referiu que, atualmente, as
Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, são as instituições que
dentro do Estado, maior volume de euros negociam e opinou que, se por valores
mínimos se tem de abri concurso público não faz sentido que quem gere milhões não
tenha de ser escrutinado socialmente. Referiu a necessidade desta discussão ser franca
e aberta e democraticamente colocada sobre quem deve gerir os destinos do território,
que é uma riqueza maior. Disse que não vale a pena estar a pensar em futuro sem um
território devidamente ordenado e desenvolvido. -----

----- Terminou referindo que já há algum tempo que se entrou em período pré-eleitoral e disse que a Lei é muito clara relativamente às exigências colocadas na igualdade e na equidade das exigências relativamente a todos. Opinou que se deve vincar essa isenção e essa permissão, dado que, em sua opinião, todos têm os mesmos direitos e apelou a que ninguém seja prejudicado, devendo haver uma declaração de princípio, na medida em que, infelizmente, no Distrito, já se viu alguns casos em que a Comissão Nacional de Eleições teve de tomar decisões. Disse ainda que espera não ver o concelho ser alvo desse tipo de procedimento. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção abordando em primeiro lugar o assunto para conhecimento “ Carta de Agradecimento – Feira Nacional da Agricultura” e considerou que o dia em que o concelho esteve ali representado deve ser para todos um motivo de orgulho e, na sua opinião, no futuro, este dia poderá ter outro tipo de organização e de intervenção. Disse que deveria existir um espaço para todas as empresas de Rio Maior estarem ali representadas com os seus produtos, sugerindo que no futuro se criasse “uma ilha com todas as empresas de Rio Maior” para que se possa apresentar o concelho de uma forma mais agregada e com maior força. -----

----- Seguidamente referiu-se ao assunto para conhecimento “ Moção pela Unidade do Ribatejo” e partilhou de algumas ideias deixadas pelo Vereador Augusto Figueiredo, afirmando que está em constituição a ideia de uma nova NUT que englobará o Oeste e o Vale do Tejo e Rio Maior tem estado sempre nesta transição entre o Oeste e a Lezíria e na sua opinião Rio Maior tem mais ligações culturais com o Oeste. Disse ainda que deveria haver um fórum de reflexão e debate com todos os agentes de forma que no futuro se possa decidir onde Rio Maior se deve posicionar. -----

----- Seguidamente questionou qual o ponto de situação relativamente ao Comité Olímpico. -----

----- Continuando no uso da palavra referiu-se ao protocolo de entendimento entre a Câmara Municipal e a União das Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João com vista à instalação da Casa Poeta Ruy Belo e na sua opinião foi um erro técnico, político e cultural, a Câmara Municipal não ter dado continuidade ao prémio nacional Poeta Ruy Belo. Disse que foi um erro técnico, político e cultural durante estes oito anos não existir este prémio. Salientou que através da marca Ruy Belo, Rio Maior devia estar a desenvolver a imagem do património e do turismo cultural. Considerou também que através deste prémio, as escolas e as bibliotecas já poderiam estar a divulgar o nome de Rio Maior. Recordou que na altura em que foi criado o roteiro Poeta Ruy Belo foi anunciado pelo Executivo a recuperação da Casa Poeta Ruy Belo e realçou

que é absolutamente estratégico para o desenvolvimento do Município uma aposta na cultura como alavancagem económica. Realçou também que Ruy Belo é um poeta que tem sido desvalorizado e desprezado e na sua opinião o que tem sido feito por ele é muito pouco para a imagem e para o capital que ele tem em Portugal. Questionou qual o ponto da situação relativamente a este assunto. -----

----- Terminou a intervenção questionando se os valores que estão especificados para a cobertura e para a portaria da Escola Marinhas do Sal, poderão também integrar a rede de esgotos. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção felicitando a Câmara Municipal pela colocação da tela na Praça da República, solução esta que esconde a “cicatriz” da Praça da República e considerou também que esta situação é difícil de resolver por estar dependente da iniciativa privada. -----

----- Seguidamente reportou-se ao assunto para conhecimento “ Moção pela Unidade do Ribatejo” e opinou que Rio Maior deve subscrever esta moção, dado que deve existir uma noção ampla do que se pretende para o futuro, apelando a um debate sério sobre este assunto. Em sua opinião as regiões administrativas funcionarão melhor se tiverem eleitos e órgãos com responsabilidades. Opinou que a área do Ribatejo sozinha, nunca será uma região, contrariamente, em conjunto com o Oeste poderá vir a ser uma região com muitas potencialidades. Opinou ainda que Rio Maior só terá a ganhar, se, futuramente, existir uma região que englobe Ribatejo e Oeste. -----

----- Terminou a intervenção referindo que escreveu uma carta a cada um dos cabeças de lista às autárquicas e na sua opinião qualquer que seja o resultado eleitoral o município de Rio Maior está bem servido de candidatos, considerando que todos os candidatos estão acompanhados de mandatários com credibilidade reconhecida. Disse ainda que não basta que os candidatos sejam bons, que tenham legitimidade e que gostem de Rio Maior, é também necessário que tenham força para que as campanhas e as propostas decorram com normalidade. Opinou que o espaço de uma candidatura é uma oportunidade e um privilégio para servir o concelho, considerando que tem de haver oportunidade para apresentar os projetos, de forma clara e sem demagogia, para que, caso a proposta ganhe, se implemente o que se propõe.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Em resposta ao Vereador Daniel Pinto e sobre a Escola Marinhas do Sal disse que gostaria de fazer uma intervenção de fundo naquela escola e que integrasse a rede de esgotos, mas apesar da Tutela reconhecer a necessidade de obras na escola,

considerou existirem necessidades mais urgentes no distrito e informou que, para este valor ser atribuído a Rio Maior, a Senhora Presidente teve de assumir o compromisso de prescindir de outras negociações, ao nível da Comunidade Intermunicipal. Referiu que para fazer uma intervenção de fundo como já se fez na escola Fernando Casimiro, o valor da empreitada era superior ao da pintura e de outros remates na estrutura do edifício. Informou também que, para a transferência desta verba, foi condição a remoção da cobertura de amianto e também a construção da portaria. Terminou referindo que a verba não é suficiente para todas as obras e, neste momento, os compromissos já estão assumidos com a Tutela. -----

----- No que respeita ao Prémio Nacional Poeta Ruy Belo disse ser uma lacuna, apesar de, no último orçamento já estar mencionado o Prémio Nacional Poeta Ruy Belo. Seguidamente reportou-se à assinatura do protocolo com a Junta de Freguesia e informou que a Casa é da Junta de Freguesia e que o Executivo está a projetar uma candidatura ao nível da cultura e de escritores do século XX. Disse que se pretende criar um roteiro literário e dotar o concelho de Rio Maior com uma oferta turística ou literária com a chancela Ruy Belo. Informou que foram feitos contactos com o Departamento Literário da Universidade de Coimbra para que se possam associar a este projeto. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção para informar que a Reserva Ecológica Nacional, no que respeita ao Município de Rio Maior, está em fase de análise e informou também que vai ser suspensa a obrigatoriedade dos municípios reverterem aos Planos Diretores Municipais os vários Planos de Ordenamento. Informou ainda que todos os condicionantes relativos à revisão do PDM irão ser aligeirados. -----

----- Seguidamente e no que concerne à Estrada que liga Azinheira a Quintas informou que vão ser acionadas as garantias bancárias para resolver as anomalias e informou que a empresa que fez a obra entrou em processo de falência. -----

----- Sobre a não recolha do lixo na Asseiceira, disse não ter conhecimento, mas que iria averiguar esta situação. -----

----- Seguidamente reportou-se à “Moção pela Unidade do Ribatejo” e opinou que se devia fazer uma coligação Ribatejo e Oeste, estendendo-se mesmo até à fronteira. -----

----- Continuando no uso da palavra referiu que as empresas que estavam a representar Rio Maior na Feira Nacional da Agricultura não pagaram para estarem presentes, havendo apenas uma que foi exceção. Disse ainda que, caso essas empresas estivessem concentradas, haveria custos a suportar pela Câmara Municipal e informou

que as regras são definidas pela Feira Nacional da Agricultura e os municípios são convidados. -----

----- Continuando no uso da palavra referiu que já se deu início à limpeza das bermas nas estradas do concelho.-----

----- Sobre a Escola da Asseiceira informou que a mesma irá ficar com as fundações concluídas no decorrer da próxima semana. -----

----- Informou também que já está concluída a análise do que a Câmara irá fazer no Centro de Saúde. -----

----- No que respeita à Escola Marinhas do Sal disse que a verba não é suficiente para fazer todas as obras que a escola necessita, mas foi a possível e informou que a Câmara tem de utilizar a verba até ao final do ano civil. -----

----- Seguidamente informou que a Câmara Municipal está em fase final de negociação para aquisição de um terreno com cerca de um hectare, situado entre a Fonte da Bica e as Salinas, terreno este que se destina ao parque de estacionamento para autocarros, e respetivas instalações sanitárias e também a instalação de um futuro Centro de Interpretação e nesse âmbito a Câmara irá apresentar uma candidatura ao APRODER.-

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que esta semana decorreram no concelho de Rio Maior duas importantes atividades, uma de âmbito regional e outra de âmbito nacional. Informou que a atividade a nível regional foi um programa dirigido a todos os jovens empreendedores interessados em criar uma atividade e que tivesse uma ideia de negócio. Disse ainda que foram premiadas as mais inovadoras e sediadas na Lezíria do Tejo. Informou também que ao longo do ano participaram neste projeto da Lezíria trezentos e doze empreendedores e foram criadas cinquenta e duas empresas. Foram também realizadas sessões para fomentar o empreendedorismo dirigidas a quatrocentos e dezassete jovens, com o envolvimento de noventa e duas pessoas com novas ideias de negócio e que foram apoiadas pelo Centro de Negócios de Rio Maior e pela Nersant. Aditou que as pessoas estão a aproveitar os programas que as apoiam para criarem o seu próprio posto de trabalho ou para avançarem com ideias de negócio e na sua opinião este facto tem contribuído para baixar a taxa de desemprego no concelho de Rio Maior, apesar de ainda existirem empresas de Rio Maior que têm de recrutar pessoas fora do concelho. -----

----- Seguidamente reportou-se às Jornadas Pedagógicas da Escola Secundária de Rio Maior, atividade de âmbito Nacional, e cujo tema foi “Repensar a Educação”. Informou que estiveram presentes um conjunto de pessoas influentes a nível nacional e onde foi debatido o que irá ser a escola num futuro próximo. -----

----- Continuou a intervenção reportando-se ao assunto para conhecimento relativo à

“Moção pela Unidade do Ribatejo” e opinou que a discussão a nível governamental já se iniciou, dado que nas comemorações da CIMEOESTE o Secretário de Estado referiu que : “ O Governo aguarda o novo Quadro Comunitário para juntar as regiões do Oeste, Tejo e Lezíria numa “NUT 2”. Referiu que a intenção é agrupar mas com um quadro comunitário que suporte esta “NUT 2” e disponibilizou-se para promover a discussão deste tema para se ter uma posição fortalecida e não serem confrontados com posições já tomadas. -----

----- Ainda no uso da palavra e respondendo ao Vereador Daniel Pinto sobre o Comité Olímpico informou que a Presidente da Câmara e o Presidente de Administração da Desmor, a convite do Comité Olímpico, estiveram presentes nas tomadas de posse e opinou que, independentemente do que vier a acontecer no concelho, acredita que o próximo executivo, seja ele qual for, irá dar continuidade ao trabalho já iniciado, como aconteceu com este Executivo que não deixou cair as estratégias existentes, apesar de as mesmas serem melhoradas, mas dando continuidade ao que já existia. Informou que já foi manifestada oficialmente a disponibilidade da Desmor e da Câmara Municipal de Rio Maior para acolher todos aqueles que estão envolvidos na missão portuguesa e que irão participar nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. -----

----- Continuando no uso da palavra e respondendo ao Vereador Augusto Figueiredo sobre a pré-campanha disse que neste momento quer ser mais Presidente de Câmara do que candidata. Disse ainda que tem todo um trabalho para fazer, independentemente da altura que se atravessa. Disse também que o seu maior inimigo é o tempo para conseguir implementar tudo o que o Governo quer que o Executivo faça. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- De novo no uso da palavra deixou o agradecimento à Senhora Presidente pela resposta dada e felicitou a candidatura do Vereador Augusto Figueiredo. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que é de continuar a perpetuar este clima democrático, sendo essa a razão fundamental para se dedicar a esta causa e independentemente das contradições ou das diferenças ideológicas de cada projeto, em cada momento, ou em cada circunstância, tem de se permitir que a discussão se faça de uma forma franca e aberta, não sujeita a estigmas nem a acusações de medo ou de outro tipo de falsa democracia. Opinou ser fundamental colocar o concelho de Rio Maior na discussão pública, sendo essa a sua preocupação fundamental, dado que, conseguindo esse objetivo, tudo será mais fácil. Disse que a construção do futuro do concelho depende do envolvimento de cada um e fora nessa perspetiva que apresentou a sua candidatura. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que esta relação democrática que existe é do superior interesse do concelho. Disse ainda que as questões de interesse do concelho estão acima das questões das forças partidárias. -----

----- Terminou a intervenção felicitando a candidatura do Vereador Augusto Figueiredo.-

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 53/2017 – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM CASAIS DA LEZÍRIA - SÃO JOÃO DA RIBEIRA, EM NOME DE RIOMAGIC, LDA – PROCESSO Nº 149/2017-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 53/2017, exarado ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que determinou a emissão da certidão de aumento de compartes. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 55/2017 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES – CIRCUITOS ESPECIAIS PARA O ANO LETIVO 2017/2018. --**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 55/2017, exarado pela Senhora Presidente da Câmara no dia 10 de julho corrente, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou: - A aprovação da lista de erros e omissões, conforme proposto pelo júri do procedimento para a “Aquisição de serviços para realização de transportes escolares; – Circuitos especiais escolares – Ano Letivo 2017/2018”, nos termos do art. 61º do Código dos Contratos Públicos; A aprovação das retificações às peças do procedimento da empreitada em apreço, nos termos do art. 50º do Código dos Contratos Públicos; - A prorrogação do prazo para apresentação de propostas, por período de 5 dias contados da presente notificação aos concorrentes e ainda a publicitação da decisão em plataforma eletrónica bem como à publicação de aviso em Diário da República, nos termos legais. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **PONTO II – PLANO DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL – CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE APOIO AO TERMINAL RODOVIÁRIO E ACESSIBILIDADES – NÃO ADJUDICAÇÃO – REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é face ao teor da informação emitida, não adjudicar o procedimento em apreço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artº 79º do Código dos Contratos Públicos, e, consequentemente, a revogação da decisão de contratar nos termos do n.º 1 do art. 80º do mesmo diploma. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Começou por fazer todo o enquadramento do processo referindo as diferentes fases do mesmo. Informou que vai ser lançado novo procedimento que está no âmbito das competências da Presidente da Câmara. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que deu entrada no prazo fixado uma proposta em nome de Manuel da Conceição Antunes, Construtor de Obras Públicas, Lda. e que o prazo de execução da empreitada nos mapas do cronograma era de seis meses. Referiu também que o concurso caiu com base na violação dos prazos e questionou se a entidade pode ser ressarcida de algum prejuízo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a questão apresentada, informou o Vereador Augusto Figueiredo, que a empresa poderia ser ressarcida. Seguidamente esclareceu que o compromisso com o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro foi implementar o estacionamento até ao início do ano letivo. Esclareceu ainda que existe um contrato de comodato com a EICEL e esta Associação pediu para consultar o projeto de estacionamento. Informou também que já reuniu com o Professor António Moreira e com o Sr. João Verde da Costa. Disse ainda tratar-se de um projeto no âmbito do PEDU.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que sendo esta obra muito próxima do estabelecimento de ensino deve ser avaliada a oportunidade da sua execução de modo a que a segurança dos alunos e outras situações sejam acauteladas. Referiu também que o concurso tem de ser lançado em tempo oportuno de modo a que a obra se faça no período que a Câmara entender ser o melhor. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou o Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida de que a obra é para fazer durante o período de férias escolares. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Quanto a este ponto referiu que foi acordado com a empresa fazerem-se os trabalhos pesados até meio do mês de setembro e progressivamente serão feitos os restantes trabalhos. Referiu ainda que este projeto vai também englobar toda a propriedade onde está instalada a Mina do Espadanal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO III – CERTIFICAR DESTAQUE DE PARCELA EM CHÃOS – ALCOBERTAS - FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE PRISMA ELEMENTAR-S.A. – PROCESSO Nº66/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido, certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº136/2014, de 9 de setembro. -

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM PENEGRAL – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES EM NOME DE SANDRA ISABEL LOPES AZENHA – PROCESSO Nº77/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, certificar que foi cedida para o domínio público, a área de 5.841 m2, relativamente ao prédio misto inscrito na matriz rústica sob o artigo 7 da secção 1A – A3 e na matriz urbana sob o artigo 947, sito em Penegral, Vale do Medo, União das Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, Concelho de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V – ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO MAIOR E A FREGUESIA DE ARROUQUELAS** ---

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do n.º 2 da cláusula 6.ª do Contrato Interadministrativo referido em assunto, autorizar a presente proposta de alteração ao Mapa financeiro aprovado para a execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Rio Maior e a Freguesia de Arrouquelas, para o ano de 2017, com a seguinte cláusula única: *«É transferida a verba de 5.000,00 € (cinco mil euros), a incluir na rubrica da Gestão e Manutenção de Edifícios Municipais, provenientes da rubrica da Requalificação do Meio Rural, aprovadas para o ano de 2017, de acordo com o mapa de valores em anexo»*. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Questionou o motivo para esta transferência não ter sido tratada mais cedo. -----

----- CHEFE DE UNIDADE ADMINISTRATIVA, EDUCAÇÃO, CULTURA E VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO -----

----- Esclareceu que quando o assunto chegou aos serviços, o agendamento para reunião a decorrer, já tinha sido feito. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ponto VI – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ACADEMIA DE MÚSICA DE ALCobaça -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a celebração do protocolo de colaboração com a Academia de Música de Alcobaça, considerando as informações e o parecer jurídico emitidos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Quanto a este ponto referiu que o atual Governo manteve o corte na atribuição de verbas para financiamento do ensino articulado a nível nacional e informou que o Governo manteve os cortes nos contratos de associação em algumas escolas que estavam a suportar as Escolas de Música. Em sua opinião, e para que haja continuidade e boa formação musical no concelho, a Câmara Municipal tem de tomar esta iniciativa.

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Manifestou o seu descontentamento pelo facto de Rio Maior não estar neste comboio do ensino articulado. Manifestou também preocupação pelo facto de outros Municípios estarem a desenvolver esta política de educação da cultura e da música e Rio Maior não. Disse que o Governo tem de reverter esta política de forma que todos os Municípios, de forma integrada, sejam contemplados. Disse ainda que não faz sentido que o Município de Rio Maior dependa dos números da Academia de Alcobaça e questionou se foram consultadas outras entidades ou outras instituições de música credenciadas. Questionou também se os Municípios vizinhos, nomeadamente Caldas da Rainha e Santarém, foram consultados, dado que estes Municípios têm as suas instituições e conservatórios musicais, questionando ainda a possibilidade do Município de Rio Maior se enquadrar nessa solução, e se haveria folga financeira para beneficiar desta situação. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu concordar com o facto de a Câmara Municipal estar a investir neste capital de forma que os alunos depois possam prosseguir nos anos seguintes. Referiu ainda que está evidenciado no protocolo, que a Câmara Municipal assume exclusivamente, os custos financeiros do primeiro ano letivo. Referiu também que os anos subsequentes serão sempre da responsabilidade dos alunos. -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Lembrou que a Academia de Alcobaça está há três anos neste concelho e referiu que a nível do ensino, a estratégia tem sido pugnar pela continuidade pedagógica. Disse também que a Academia de Alcobaça é uma escola que se desloca a todos os concelhos para ministrar as lições de música, contrariamente ao que acontece nas escolas de Santarém, Caldas da Rainha e Óbidos, em que são os alunos que se deslocam para as suas instalações. Opinou ainda que, em termos de recursos e de custos, é mais facilitador haver uma escola que se desloque e está próxima dos alunos.

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Sobre esta matéria referiu que este problema não é só de Rio Maior e opinou que em Portugal o ensino artístico é sempre o parente pobre de todo o investimento e disse que em todos os países desenvolvidos toda a educação e ensino passa pela música. Referiu ainda que em Portugal o ensino articulado tem sido uma desertificação e em sua opinião a Câmara não quer ser acusada pelos munícipes da não continuidade de uma turma. Referiu que a Academia de Alcobaça tem dado uma resposta positiva nos outros concelhos e referiu que iria votar favoravelmente. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII – HABITAÇÃO SOCIAL – BAIRRO SOCIAL DA VILA DA MARMELEIRA – AUTORIZAÇÃO PARA RETOMAR O PAGAMENTO MENSAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, de acordo com a informação e parecer emitidos, autorizar que o valor em dívida referente à habitação social do requerente, sita no Bairro Social de Vila da Marmeleira, Lote nº 4, seja pago em prestações mensais, no valor de 100,00 € (cem euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Questionou qual o ponto da situação de uma habitação sita do Bairro Social de Asseiceira e que se encontra desocupada. Quanto ao ponto em discussão referiu aceitar o pagamento da forma proposta. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Interveio para dizer que todos devem ser sensíveis a estas questões, dado as inúmeras dificuldades que as pessoas passam, mas todos têm que fazer esforços. Referiu ainda que neste processo também houve problemas com a falta de saúde, embora não comprovadas documentalmente, considerando que quando essas situações não estão confirmadas convém não deixar passar tanto tempo. Em sua opinião a Câmara tem de encontrar forma de as pessoas cumprirem os seus compromissos e existem mecanismos sociais que a Câmara criou para ajudar a resolver

estas situações. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu concordar com o Vereador Carlos Nazaré e disse que existem casos que não são admissíveis do ponto de vista da gestão autárquica. Disse ter conhecimento de um caso em que apenas foi paga uma prestação e opinou que esta situação está a impossibilitar que uma família possa usufruir de uma habitação social. Referiu também que essa habitação está abandonada há mais de vinte anos, embora muitas vezes estas situações aconteçam devido a imperativos legais. Opinou que nesta área deveriam existir comissões de acompanhamento e de verificação de cada uma das situações e indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO VIII – REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Modificação Orçamental – 3ª Revisão ao Orçamento (Despesa) e às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) 2017, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

Questionou qual o ponto da situação relativamente à rubrica que foi retirada e que estava relacionada com a aquisição de água. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para clarificar a situação e esclareceu que nada vai pôr em causa os investimentos que estão a ser feitos no setor da água. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- No uso da palavra questionou os valores relacionados com a requalificação e beneficiação da ligação da A15 à Zona Industrial. Questionou também se existe alguma estimativa orçamental relativamente aos valores que a Câmara Municipal vai ter de assumir com as expropriações. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou o Vereador Daniel Pinto de que já se realizaram reuniões com os proprietários confinantes com a EN114 e na altura nada avançou porque se aguardava a assinatura do protocolo e recordou o problema da plataforma do caminho-de-ferro, dado que partes da plataforma são propriedade privada do Município de Rio Maior, tratando-se de uma ocupação ilegal, mas algumas das pessoas estavam perfeitamente conscientes da situação e iriam colaborar e disponibilizariam o terreno, esclarecendo

que nunca se avançou para expropriações dado que foi tudo tratado na base do diálogo e boa vontade. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para informar que o dossier dos proprietários está elaborado e ainda não se começou a falar com os mesmos para não estar a criar expectativas. Disse que não tinha legitimidade para o efeito, antes da assinatura do protocolo.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que este protocolo é muito mais favorável do que os outros e informou ainda que a Câmara apenas vai ser responsável por 15% do valor da obra. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria disse ser evidente que vai haver uma alteração aos planos plurianuais de investimento e das atividades mais relevantes, referindo que o Centro de Saúde há muito tempo que necessita de obras, considerando que o atendimento dos doentes e o exercício da profissão médica com dignidade exigem várias obras que, na sua opinião, são da competência do Ministério da Saúde. Referiu que o exterior está muito degradado e absolutamente vergonhoso. Referiu ainda que esta situação requer o empenho da autarquia e também dos utentes. -----

----- Seguidamente referiu que a requalificação e beneficiação do troço de ligação à A15 é apenas uma abertura de rubrica e considerou das áreas mais relevantes para os anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, referindo a propósito a disponibilidade para a concretização daquela entrada de Rio Maior. -----

----- Terminou a intervenção referindo que tem dúvidas relativamente ao procedimento relativo aos seguros, por parte da Comunidade Intermunicipal. -----

----- Sobre esta matéria indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IX – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – ARSLVT – ARRANJOS EXTERIORES, JARDINAGEM E LIMPEZA EXTERIOR ZONA ENVOLVENTE AO CENTRO DE SAÚDE.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a Câmara Municipal tomar conhecimento da minuta do Protocolo a celebrar com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e, para efeitos do disposto na alínea m) do n.º 1 do art. 33º e da alínea k) do n.º 1 do art. 25º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, e deliberar submeter a respetiva minuta à Assembleia Municipal a fim de autorizar a sua celebração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para informar que é estratégia do Governo e da Área Regional de Saúde renovar a imagem de todos os Centros de Saúde a nível nacional e disse que o Executivo tem insistido muito neste assunto, ficando acordado ser o Governo a fazer a remodelação interior e o Executivo irá os arranjos de toda a zona envolvente. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que este tipo de relacionamento é uma mais-valia pela clareza do compromisso, ficando tudo muito claro em relação às competências e às atividades do Município e do Ministério, competindo à Administração de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo adotar as medidas necessárias ao bom funcionamento dos serviços prestados de cuidados de saúde aos utentes, bem como o aproveitamento dos recursos existentes. Disse também que esta entidade pode colaborar com outras entidades do setor público, nomeadamente através de protocolos de colaboração com as Autarquias Locais. Opinou que todos devem contribuir para que o Serviço Nacional de Saúde seja uma das melhores conquistas do “25 de Abril”. Em sua opinião quando se diz que é necessário criar condições, não é só ao nível dos recursos humanos, sendo muito importante que as pessoas tenham direito àquilo que a Lei confere. Referiu que em Rio Maior houve situações em que mais de 50% de utentes estiveram sem médico de família, já se perderam quatro médicos, solicitando que isto se resolva o mais rapidamente possível. Opinou que se torna imperioso que o Ministério da Saúde crie a segunda unidade de saúde familiar. Disse que o compromisso de uma unidade de saúde familiar é que não falte médico ou enfermeiro ao utente. Disse ainda que Rio Maior poderá beneficiar da vinda de três médicos num concurso aberto para vinte e dois médicos para a zona de Santarém. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para dizer que concorda com esta proposta da ARSLVT, mas salientou que ao contrário do Vereador Figueiredo não consegue identificar clareza total quanto aos montantes de investimento. Disse que o Município de Rio Maior quantifica o valor do investimento, no entanto no protocolo, a ARSLVT não quantifica o valor do investimento. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Felicitou a Câmara por este documento e opinou que o Governo começa a ter outra perspetiva de relacionamento com os Municípios. Sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto concordou quando ele diz que a ARSLVT deveria identificar no protocolo os montantes de investimento, referindo no entanto que acredita que este protocolo vai ter uma segunda fase, opinando que a Câmara Municipal vai ter de lutar para conseguir atingir a outra fase. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que este assunto começa com a assinatura do documento que

permite intervir numa zona tão necessitada e posteriormente terá outros desenvolvimentos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do Vereador **Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A CDU votou a favor deste protocolo que é o primeiro. Espero que seja, e foi nessa expectativa que votamos a favor, que ele se estenda a coisas mais concretas, nomeadamente no que respeita ao pagamento por parte do Ministério da Saúde, das Unidades Móveis de Saúde, que é um serviço muito bom que temos e que ainda não está consagrado. Continua a autarquia, e nós os municípios, a subsidiar uma responsabilidade específica. Este é o primeiro passo e espero que o Município cumpra sendo que, quer como Vereador, quer como utente, não deixarei de estar vigilante, relativamente ao que foi dito pela Dr^a da ARSLVT e Chefe de Gabinete, que iriam imediatamente abrir concurso, quer para os equipamentos, quer para as instalações, quer para a alteração dos móveis na parte interior, quer para o funcionamento de outros equipamentos lá dentro que não estão no devido nível daquilo que é exigível.” -----

----- Declaração de Voto do Vereador **Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Nós votamos favoravelmente esta proposta no pressuposto de que a Administração Central irá investir no desempenho, na construção, nas valências e na capacidade técnica daquela unidade.” -----

----- **PONTO X – ACORDO DE GESTÃO INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. – REQUALIFICAÇÃO DA EN114** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a Câmara Municipal tomar conhecimento da minuta do acordo a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, S.A. e, para efeitos do disposto na alínea m) do n.º 1 do art. 33º e da alínea k) do n.º 1 do art. 25º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, e, deliberar submeter a respetiva minuta à Assembleia Municipal a fim de autorizar a sua celebração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Prestou alguns esclarecimentos sobre este assunto e informou que tinha consigo o dossier com o protocolo que tinha sido assinado em setembro de dois mil e nove, entre as Estradas de Portugal e a Câmara Municipal e opinou que esta obra é estruturante para o concelho. Disse ainda que este assunto irá à Assembleia Municipal e depois será encaminhado para a entidade competentes aguardando autorização e legitimidade para

a Câmara dar início às negociações com os proprietários. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Felicitou a Senhora Presidente por finalmente trazer este protocolo à Câmara Municipal e manifestou o seu contentamento pelo facto de terem sido os Governos do PS a fazer os protocolos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que este assunto se iniciou há dez anos, o que é muito tempo para a vida de um município. Referiu que esta entrada tem uma importância estratégica para Rio Maior dado que vai potenciar a sua acessibilidade e a sua situação geoestratégica. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Manifestou o seu contentamento pelo facto do protocolo ter vindo à Câmara, opinando que, caso existam expropriações esses valores vão ampliar o valor da obra e lembrou que, a concretizarem-se o município terá uma situação financeira desapropriada. -----

----- Seguidamente referiu que vale a pena pensar num momento de relançamento da área empresarial aproveitando este investimento para criar uma ideia de lançamento comercial, de marketing e de valorização territorial atraindo novos negócios e novas empresas. Disse ainda que se deve sempre continuar a lutar para captação de novos investimentos para o concelho. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- No uso da palavra referiu que espera que o atual Governo cumpra este protocolo e enalteceu o esforço e empenho do Dr. Silvino Sequeira e da atual Presidente de Câmara. Lembrou que este acordo é o primeiro passo e que ainda há muita coisa para fazer. Referiu também que a Câmara está pendente do projeto que vai ser elaborado pelas infraestruturas de Portugal e do troço passar para o domínio da Câmara Municipal.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do Vereador **Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A CDU regista como positiva a consagração do protocolo para a realização desta obra. Contudo reafirmando a minha intervenção este é apenas um pequenino passo. As coisas mais concretas e mais difíceis ainda estão para vir”. -----

----- Declaração de Voto do Vereador **Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente esta proposta porque tal como se diz nos códigos os contratos são para cumprir e esta é a oportunidade que a Administração Central tem para cumprir aquilo que prometeu para o concelho de Rio Maior”. -----

----- **PONTO XI - APOIO FINANCEIRO – COMISSÃO DE CULTO DO LUGAR DE ASSEICEIRA, PARÓQUIA DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, de acordo com a informação emitida, aprovar o apoio financeiro para realização da obra de requalificação do recinto de Nossa Senhora do Rosário de Asseiceira, no valor de 5.000€. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre esta matéria indicou o sentido de voto favorável e disse que este apoio é dado à paróquia, sendo esta que o vai gerir. Referiu que apesar de ser uma intervenção em espaço privado tem influência pública dado que serve o público. Referiu que o arquiteto deve acompanhar a obra para que ela fique devidamente enquadrada em termos urbanísticos e paisagísticos, de acordo com o que é normal para a zona. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que quando surgirem pedidos de apoio de outras religiões o critério deve ser sempre o mesmo. Disse também que deve ser respeitado a obra existente porque a capela é uma obra de autor. Indicou o seu voto como favorável.

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para dizer que a postura do município foi sempre de apoiar, independentemente da religião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO XII – APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO FÍSICO CULTURAL DA RIBEIRA DE SÃO JOÃO-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir um apoio à Associação Físico Cultural da Ribeira de S. João, no montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), nos termos da informação emitida. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIII – INSTALAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE NOME À ANTIGA ESCOLA COMERCIAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, aprovar a designação do nome para o edifício da Antiga Escola Comercial de Rio Maior para CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS ANTÓNIO FELICIANO JÚNIOR. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que esta proposta é para atribuição do nome, referindo que na candidatura ao PEDU o edifício foi denominado CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS ANTÓNIO FELICIANO JÚNIOR, referindo que será aí concentrado todo o espólio do Professor António Feliciano. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para informar que, já foram tomadas diligências no sentido de fazer a recolha de todo o espólio de António Feliciano Júnior, dado que se pretende transformar o edifício da Antiga Escola Comercial num Centro Expositivo e dar-lhe também alguma notoriedade. Disse também que se pretende mostrar aos jovens as diferenças entre as formas de comunicação de hoje e as formas de comunicação do passado. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que a proposta é para atribuição do nome, salientando que António Feliciano Júnior foi um exemplo de cidadão e de competência nas artes e na dedicação à sua Terra. Referiu concordar com o nome do espaço que deve ter uma interpretação múltipla deste homem no que respeita às artes e às notícias. Em sua opinião António Feliciano é uma referência que deve ser muito valorizada. -----

----- Terminou a intervenção questionando qual o ponto da situação relativamente aos antropónimos de Álvaro Cunhal e José Saramago.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Manifestou o seu contentamento por esta iniciativa e questionou se o espaço da medalhística que estava previsto, se mantém. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Informou que o espaço da medalhística se vai manter. Disse que ele será montado e depois transferido. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- De novo no uso da palavra disse que é de extrema importância que a Câmara Municipal adquira todo o espólio de António Feliciano, incluindo também o que ainda está na posse da família. Referiu que existem recursos fílicos, medalhísticos, jornais antigos, livros e cartazes, o que representa uma “história viva” do Município e que deve ser salvaguardada. -----

----- Continuando no uso da palavra referiu o Município deve ter outra política do áudio visual, lembrando que António Feliciano registou todos os aspetos importantes da história do Município, o que ninguém faz atualmente. Sugeriu que a Câmara Municipal tenha a iniciativa agregadora da gestão cultural da política do áudio visual. Sugeriu ainda que a Câmara Municipal melhore a política de arquivo no sentido de salvaguardar este espólio, opinando que deve existir uma política mais rigorosa e mais profissional do arquivo.-----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Sobre esta matéria indicou o sentido de voto como favorável, opinando que a Câmara Municipal aproveitou muito bem esta oportunidade para expor o espólio num Centro de Artes e para obter fundos comunitários que ajudarão a investir nesta área ---

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Interveio começando por dizer que a atividade que marcou a vida de António Feliciano foi a de docente, referindo que naquela escola muitos Riomaioreses foram alunos de António Feliciano e este antes de ser Professor foi também aluno na Antiga Escola Comercial de Rio Maior. Recordou também que António Feliciano durante muitos anos esteve ligado ao Coral e Orquestra Típica de Rio Maior que funcionava naquele Edifício. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV – NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR – EMPREITADA ESCOLA BÁSICA MARINHAS DO SAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, de acordo com a informação emitida não adjudicar o procedimento em apreço nos termos da alínea a) do n.º 1 ao art.º 79º do CCP e revogar a decisão de contratar ao abrigo do n.º 1 do art.º 80 do mesmo código. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Interveio para informar que foi aberto concurso público mas ficou deserto. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Manifestou preocupação, pelo facto de muitos concursos ficarem desertos o que poderá configurar outro tipo de pressão sobre os valores que vão a concurso. Terminou a intervenção dizendo que achou justo o procedimento. -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Acerca deste assunto opinou que existe aqui alguma atitude “maquiavélica” das empresas. Questionou se a abertura do procedimento se mantém pelo mesmo valor. --

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Informou o Vereador Daniel Pinto. Disse que o valor vai ser retirado e disse ainda que o Município de Rio Maior é conhecido por colocar nas plataformas preços base extremamente baixos. Disse também que neste momento há muito menos empresas no mercado e é uma fase em que há muitos concursos. Referiu que muitas empresas nem respondem porque não conseguem arranjar mão-de-obra qualificada para assumirem os compromissos e lembrou que muitos profissionais qualificados saíram do País e não regressaram. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XV – ABERTURA DO PROCEDIMENTO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA BENEFICIAÇÃO NA ESCOLA BÁSICA MARINHAS DO SAL.**-----

----- A Presidente da Câmara retirou o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **PONTO XVI – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – TROÇO DA ESTRADA DAS MARINHAS AO CASAL DA VELHA - CORREÇÃO DE DEFEITOS E EXECUÇÃO DE CAUÇÃO - PROCESSO Nº 84/2010/DCC** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, autorizar a execução dos trabalhos em causa através da adjudicação a uma empresa de construção civil, recorrendo à execução da caução prestada pela agora Massa Falida “CAVSA, S.A”, pelo montante estritamente necessário para satisfazer os custos suportados pelo Município. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVII – EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA EM 583 – TROÇO GATO PRETO – VIA VAI - CORREÇÃO DE DEFEITOS E EXECUÇÃO DE CAUÇÃO - PROCESSO Nº 113/2010/DCC** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, autorizar a execução dos trabalhos em causa através da adjudicação a uma empresa de construção civil, recorrendo à execução da caução prestada pela agora Massa Falida “CAVSA, S.A”, pelo montante estritamente necessário para satisfazer os custos suportados pelo Município. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram treze horas e quinze minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JULHO DE 2017

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____